



## SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

HABEAS CORPUS Nº 680425 - SP (2021/0220655-8)

**RELATORA** : MINISTRA LAURITA VAZ  
**IMPETRANTE** : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO  
**ADVOGADOS** : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO  
GUILHERME PAULO MARQUES - SP321424  
**IMPETRADO** : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO  
**PACIENTE** : BRUNO CESAR OLIVEIRA GOMES (PRESO)  
**INTERES.** : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

### DECISÃO

Cuida-se de *habeas corpus* com pedido de liminar impetrado em favor de BRUNO CESAR OLIVEIRA GOMES em que se aponta como autoridade coatora o TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO (N. 0002080-69.2021.8.26.0496).

O paciente é reincidente pela prática de roubo qualificado e cumpre pena privativa de liberdade.

A impetrante sustenta que o réu é reincidente, porém não específico, visto que sua primeira condenação foi por tráfico de drogas e reincidente na prática de roubo majorado. Assim, sustenta que faz jus à progressão de regime no *quantum* de 20% do cumprimento da pena, conforme previsto no art. 112, inciso II, da Lei de Execuções Penais, com nova redação trazida pela Lei n. 13.964/2019.

O Tribunal de Justiça de origem não deu provimento ao pedido e manteve a decisão do juiz de primeiro grau para manter a progressão no *quantum* de 30% de cumprimento da pena, pois o crime de roubo foi cometido com violência ou grave ameaça.

Requer, liminarmente, o reconhecimento do lapso de 20% para progressão de regime em relação ao crime comum. No mérito, pugna pela concessão da ordem para que seja confirmada a liminar.

É, no essencial, o relatório. Decido.

Em juízo de cognição sumária, verifica-se que inexistente flagrante ilegalidade que justifique o deferimento do pleito liminar em regime de plantão.

Considerando que o pedido se confunde com o próprio mérito da impetração, deve-se reservar ao órgão competente a análise mais aprofundada da matéria por ocasião do julgamento definitivo.

Ante o exposto, indefiro o pedido de liminar.

Solicitem-se informações ao Tribunal de origem, que deverão ser prestadas preferencialmente por malote digital e com senha de acesso para consulta ao processo.

Dê-se vista ao Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 14 de julho de 2021.

MINISTRO HUMBERTO MARTINS  
Presidente